

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – Vigiar, proibir, julgar e punir no Estado Democrático de Direito: uma compreensão crítica do Pacote Anticrime.....	XVII
CAPÍTULO 1 – CÓDIGO PENAL	1
1. Legítima defesa de agentes de segurança pública	1
2. A execução da pena pecuniária	8
3. Considerações sobre o limite de tempo de cumprimento de pena.....	9
4. Requisitos do livramento condicional: falta grave e bom comportamento.....	14
5. A (in)constitucionalidade do confisco alargado.....	19
6. A prescrição como garantia e as novas causas impeditivas....	21
7. Causa de aumento de pena de roubo: violência ou grave ameaça exercida com emprego de arma branca e emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido	27
8. Estelionato: crime de ação pública condiciona à representação.....	30
9. Aumento de pena do crime de concussão.....	34
10. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas no Código de Penal (legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	34
CAPÍTULO 2 – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....	47
1. Juízo de garantias.....	47
2. Arquivamento do inquérito: a nova sistemática do CPP.....	57

3. Acordo de não persecução penal	64
4. Alienação de coisas apreendidas.....	71
5. Provas ilícitas e impedimento do julgador.....	73
6. Cadeia de custódia.....	78
7. Medidas cautelares e prisão preventiva.....	85
8. Audiência de custódia	90
9. Tribunal do júri e a inconstitucional execução provisória da pena.....	93
10. Recurso extraordinário e o recurso especial.....	95
11. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas no Código de Processo Penal (legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019)	108
CAPÍTULO 3 – LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....	153
1. A longa jornada do sujeito em busca do direito na execução penal	153
2. Princípios da execução penal.....	159
2.1 Princípio da legalidade	160
2.2 Princípio da isonomia.....	162
2.3 Princípio da não marginalização (ou não discriminação) das pessoas presas ou internadas	163
2.4 Princípio da individualização da pena.....	163
2.5 Princípio da intervenção mínima	164
2.6 Princípio da culpabilidade	164
2.7 Princípio da lesividade	165
2.8 Princípio da intranscendência (ou personalidade ou pessoalidade) ou princípio da transcendência mínima	165
2.9 Princípio da presunção de inocência (ou do estado de inocência).....	166
2.10 Princípio da proporcionalidade	167
2.11 Princípio da celeridade (ou razoável duração) do processo de execução penal.....	169

2.12 Princípio do <i>numerus clausus</i> (número fechado ou capacidade penal taxativa)	169
2.13 Princípio do devido processo legal	171
2.14 Princípio do contraditório e ampla defesa.....	172
2.15 Chegamos ao fim dos princípios... Será?	172
3. Fornecimento de material genético e falta grave.....	173
4. Regime Disciplinar Diferenciado – RDD	176
5. Progressão de regime	181
6. Livramento condicional e saída temporária	185
7. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas no Código de Processo Penal (legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	188
CAPÍTULO 4 – LEGISLAÇÃO CORRELATA.....	201
1. Captação ambiental – Lei 9.296/1996 (Lei de Intercepção Telefônica)	201
2. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas na Lei 9.296/1996 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	203
3. Ação controlada e infiltração de agentes – Lei 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro)	206
4. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas na Lei 9.613/1998 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	207
5. Agente disfarçado – Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas) e Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).....	208
6. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas nas Leis 10.826/2003 e 11.343/2006 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	211
7. Lei 12.694/2012 (Julgamento por colegiado) – Lei 11.671/2008 (Lei de transferência de presos para estabelecimentos penais federais de segurança máxima)	218

7.1 Julgamento colegiado em primeiro grau (Lei 12.694/2012).....	219
7.2 Transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais (Lei 11.671/2008).....	221
8. Quadros histórico-comparativos das propostas e alterações promovidas nas Leis 12.694/2012 e 11.671/2008 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	222
9. Acordo de colaboração premiada e agente de polícia infiltrado virtual – Lei 12.850/2013 (Lei das Organizações Criminosas).....	227
9.1 O acordo de colaboração premiada.....	228
9.2 A ação de agente de polícia infiltrado virtual.....	238
10. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas na Lei 12.850/2013 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 10.372/2018, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	239
11. <i>Whistleblower</i> – Lei 13.608/2018 (Lei do Serviço Telefônico de Recebimento de Denúncias).....	267
12. Quadro histórico-comparativo das propostas e alterações promovidas na Lei 13.608/2018 (Legislação anterior, Projeto de Lei n. 882/2019 e Lei 13.964/2019).....	269
REFERÊNCIAS	273